

NEOLIBERALISMO E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

*Pedro Alves*¹

*Edson Belo Clemente de Souza*²

*Alfredo Aparecido Batista*³

RESUMO: O objetivo deste artigo é articular a idéia de desterritorialização, no sentido da “desarrumação” causada à sociedade pela globalização, no contexto da política neoliberal. Para tanto, partimos da idéia de territorialização, identificando alguns aspectos em que o neoliberalismo vem transformando os espaços e descaracterizando a cidadania, em função das recentes mudanças ocorridas no cenário nacional e mundial, no que diz respeito aos problemas sociais das últimas décadas do século XX e início do século XXI. Os resultados são alarmantes, reduzindo intensamente os valores que mantêm e ampliam a materialização da cidadania burguesa. Esta constatação empírica coloca-nos a entender este momento histórico, bem como dar respostas. Neste enfrentamento, cabe à superestrutura evidenciar quais são suas ações e qual é o seu comprometimento com a classe burguesa. Neste sentido, apontamos o papel do Estado, onde, por um lado, o mesmo deve ser autônomo ao exercer seus deveres frente aos cidadãos, não deixando estes à mercê da própria sorte, e, por outro, o cidadão deve reivindicar direitos ao Estado.

PALAVRAS-CHAVE: política neoliberal, ser social, cidadania.

1 INTRODUÇÃO

Observamos uma nítida e transparente desconstrução do conceito de territorialidade⁴ no seu sentido tradicional, ou seja, o que antes era territorializado apresenta-se agora desterritorializando-se, em função das inúmeras transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas, mais precisamente após a reestruturação produtiva dos anos 80 do século XX e que vem apresentando suas conseqüências neste início de século XXI, no contexto da globalização da economia. Entretanto, o processo denominado globalização não é novo, ou seja, há momentos no processo histórico que são denominados de globalização. O primeiro momento ocorreu quando os seres

¹ Pedro Alves é Filósofo, aluno regular do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, área de concentração: Gestão e Desenvolvimento Agroindustrial, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Toledo/PR. Professor da Rede Pública de Ensino de Cascavel – SEED; docente de graduação da Fadec – Faculdade de Cascavel; docente de graduação e pós-graduação da Unipan – União Pan-Americana de Ensino de Cascavel/PR.

² Edson Belo Clemente de Souza é Doutor em Geografia pela UNESP e Professor Adjunto do Colegiado de Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. *E-mail:* ebelo@unioeste.br/ebelo2003@yahoo.com.br Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional – GEPEC.

³ Alfredo Aparecido Batista é Doutor em Serviço Social pela PUC-SP e professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, área de concentração: Gestão e Desenvolvimento Agroindustrial, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Toledo/PR.

⁴ “A palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional -, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (...), em governo, em dominação, em “defesa do território pátrio”, em guerras. A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor (se bem que, na era da globalização, um gestor cada vez menos privilegiado)” (Souza, 2003, p. 81). Para Santos e Silveira (2001, p. 19), “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem”.

sociais deslocaram-se “a pé” de um território para outro, um percurso que pôs em questão a necessidade de sobrevivência ou mesmo devido a conflitos entre tribos e/ou gens. Durante a Baixa Idade Média, no processo de mercantilização, devido ao capitalismo comercial, conhecemos o segundo momento da globalização, o que causou um processo intenso direta e indiretamente de desterritorialização. Mas foi com a Revolução Industrial e principalmente a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX que os países europeus ampliaram o projeto de colonização de territórios europeus e não europeus. O quarto momento é o pós-1970, com uma nova figura de linguagem, isto é, a globalização é acompanhada pela mundialização do capital financeiro. Sob este campo material, vale destacar o papel das corporações no modo capitalista de produção, as quais determinam a estruturação e a manutenção do modo de produção e reprodução capitalista. O grande capital está sustentado por corporações empresariais, que são o sustentáculo da internacionalização da economia. “[...] as corporações estratégicas e megaconglomerados determinam um novo quadro macroeconômico e político-institucional, de alcance planetário, e estipulam padrões emergentes de organização social do trabalho, de alcance mundial” (DREIFUSS, 1996, p. 181).

2 METODOLOGIA

A construção da presente pesquisa consistiu num levantamento bibliográfico. Para tanto, optou-se pela abordagem qualitativa por esta possibilitar uma compreensão mais aprofundada da temática investigada, bem como uma maior abrangência dos objetivos pré-estabelecidos. Por meio da pesquisa qualitativa, podemos trabalhar com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, respondendo a questões muito particulares. “Ela se preocupa nas Ciências Sociais com um nível que não pode ser quantificado” (MINAYO, 1994, p. 21).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Octávio IANNI, a globalização que se acha em curso nesta altura da história apresenta características muito especiais, primeiro por ter a energia nuclear se tornado a mais poderosa técnica de guerra; segundo, pela excepcional capacidade de formar e informar, induzir e seduzir da revolução informática, base encontrada na microeletrônica; terceiro, pela organização de um sistema financeiro internacional, em conformidade com as exigências da economia capitalista mundial; quarto, pelo fato de as relações econômicas mundiais estarem amplamente influenciadas pelas exigências das empresas, corporações ou conglomerados multinacionais, transnacionais, mundiais, globais, planetários; quinto, pela reprodução ampliada do capital, recriando relações nos quatro cantos do mundo; sexto, pela transformação do inglês na língua universal, por meio da qual se articulam e expressam indivíduos, grupos e classes, em suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais e, sétimo, pela resposta do capital à crise.

Uma das maiores conseqüências, entretanto, da crise do capital instaurada e estabelecida nos anos 70 do século XX (MANDEL, 1985) e com suas manifestações vistas nos pós-1970, é a expansão do setor de serviços⁵. Como resultado da crise da superprodução, o capital passa a buscar táticas fora da economia tradicional para encontrar meios de manutenção, reprodução e combate à sua própria crise. Neste sentido, o capital não se opõe e não apresenta nenhum motivo contrário à penetração no setor de serviços, mesmo que para isto tenham que ser destruídas vidas inteiras. O

⁵ A expansão dos serviços surgiu como tentativa do capital de dar uma resposta à sua própria crise, que, após o estouro da superprodução, não tinha mais como se manter, e o colapso seria inevitável. A intensificação de diferentes formas de exploração seria uma saída para a manutenção do modo capitalista de produção. Como conseqüência, há uma complexificação nas relações entre capital e trabalho, expressas pelo desemprego, subemprego, trabalho informal, precarização, pobreza, miserabilidade, etc. Assim, 1970 põe-se como a ruptura entre a crise da superprodução e a necessidade de adaptação a algo novo. Como o capital cria e recria, de acordo com suas necessidades, neste momento é o setor de serviços que surge como a grande resposta à crise instaurada na estrutura do capital. Sobre as conseqüências de tal fato, quem poderá responder são as décadas seguintes, onde se presencia uma monumental transformação no mundo do trabalho e dos empregos.

fundamental para o capital é que haja sempre novos campos de exploração e expropriação, pois é nesta perspectiva que surgem os lucros, os quais sustentam o modo capitalista de produção.

Para o autor, tais características da globalização promovem uma espécie de desterritorialização generalizada, dissolvendo fronteiras, deslocando as coisas, desenraizando gentes, idéias, culturas, religiões, línguas e modos de ser. “A sociedade global desterritorializa quase tudo o que encontra pela frente. E o que se mantém territorializado já não é mais a mesma coisa, muda de aspecto, adquire outro significado, desfigura-se” (IANNI, 2002, p. 104-105). Ou seja, independentemente da vontade dos seres sociais, a globalização atinge os modos de ser dos mesmos, alterando substancialmente o seu cotidiano, sem respeitar as suas objetividades e subjetividades.

Investigando a abrangência do desmanche e da desarrumação à vida humana, aqui denominada desterritorialização, Haesbaert (2002, p. 132) afirma que há, dependendo da ênfase em um ou outro de seus aspectos, “uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), ‘técnico-informacional’ (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-territorial)”. O processo de desterritorialização é amplo e afeta direta ou indiretamente diversos aspectos da vida humana, contudo, dada a sua abrangência, o desenraizamento cultural traz em seu bojo uma das maiores destruições à vida humana, pelo fato de estar interferindo diretamente nos costumes do ser social. A globalização, na ótica neoliberal, tem pretensões econômicas que não são pretensões sociais, ou seja, o projeto societário burguês está direcionado para aspectos econômicos e se ocultando de inúmeras questões sociais.

Ianni (2002, p. 38-39) afirma que tal processo “invade cidades, nações e continentes, formas de trabalho e vida, modos de ser e pensar, produções culturais e formas de imaginar”. As condições de vida e trabalho sofrem as maiores consequências, sendo alteradas profundamente, justamente porque não é a vida que tem significado para o capital, mas a vida voltada à venda e compra da força de trabalho como forma de sustentação do sistema de acumulação capitalista, pois é por meio da força de trabalho que o capital expropria trabalho excedente, possibilitando correntemente acumular valor.

Outro aspecto a observar situa-se na propaganda da expressão globalização. Introjeta-nos o significado de que tudo está implícito dentro da economia global. De certa forma sim, porém, do ponto de vista da política neoliberal, todos os interesses estão voltados para o “centro do mundo”.

Hirst (1998, p. 102) desvenda este símbolo universal e diz:

[...] longe de ser verdadeiramente global, a economia mundial permanece dominada pelos três maiores blocos de riqueza e poder, a tríade formada por Europa, Japão e América do Norte⁶. Fora da tríade, o crescimento industrial e os fluxos de investimento direto estrangeiro estão concentrados em um número limitado de países em desenvolvimento relativamente pequenos, ou em regiões específicas de países maiores.

Neste caso, a tríade concentra determinações políticas e econômicas em torno de si própria, restando para regiões periféricas uma margem muito pequena de benefícios que a globalização possa proporcionar. Assim, entendemos que há um discurso utilizado para sustentar a idéia de mercado global, ou seja, se as economias subdesenvolvidas estão subordinadas às determinações estabelecidas pela tríade, logo este não é um mercado global. “A globalização se tornou o conceito mais importante no que diz respeito à representação das características destrutivas da economia moderna” (HIRST, 1998, p. 101), ou seja, há como perceber apenas interesses econômicos nos ditames da economia global.

Também neste sentido Ianni menciona que, na economia global, seguem-se parâmetros instituídos pelos europeus, onde a desterritorialização tem o enfoque do global, do “voltar-se para

⁶ Algumas leituras mostram a relação de dependência e subordinação da periferia para com o centro do mundo. Entretanto, por ser este um trabalho qualitativo, nossas análises em relação à tríade Europa, Japão e América do Norte, pautam-se em análises qualitativas, não prendendo-se em dados estatísticos.

os países centrais”, do “periférico em função do centro do mundo”, enfim, trata da passagem do nacional ao global, onde:

[...] desde fins do século XIX, e em escala crescente e acelerada no século XX, a sociedade modificou-se substancialmente. As sociedades nacionais são progressivamente absorvidas pela sociedade global; ao mesmo tempo em que esta se forma, aquelas se transformam. As relações, os processos e as estruturas de dominação e apropriação, antagonismo e integração, que anteriormente se localizavam no âmbito da sociedade nacional, agora localizam-se também, e muitas vezes, principalmente na sociedade global (IANNI, 2002, p. 171-172)⁷.

Nesta ótica, em lugar da sociedade nacional, surge a sociedade global, com os seus dilemas e as suas perspectivas. Realidades e problemas nacionais mesclam-se com as realidades e os problemas mundiais. Em outras palavras, muito do que é local, regional, nacional ou mesmo continental entra no jogo das relações internacionais. Ao lançar-se em âmbito mundial, também as sociedades nacionais mudam de significado, “parecem desenraizar-se, atravessadas por perspectivas e impasses, tensões e antagonismos desterritorializados. Os indivíduos, grupos, classes, etnias, minorias, nacionalidades, nações, adquirem outros significados” (IANNI, 2002, p. 160), que não são mais os mesmos da sociedade e da economia nacional.

Logicamente, em relação ao crescimento e ao desenvolvimento econômico, fica claro que os países centrais, ou a tríade, como se refere Hirst (1998), deverão ter seus resultados alcançados com maior facilidade, e os países periféricos sofrem com resultados menos compensadores, ou seja, sob o capitalismo global, as condições sociais podem agravar-se nos países dependentes, periféricos. Se, por um lado, há enriquecimento de uma minoria, por outro, há um empobrecimento de uma grande maioria da população mundial.

As transformações postas pela globalização apontam para o fim das fronteiras, para o fim dos territórios. No entanto, a desterritorialização vai além do campo da geografia, ou seja, “geralmente se acredita que os ‘territórios’ (geográficos, sociológicos, afetivos...) estão sendo destruídos, juntamente com as identidades culturais (que seriam também territoriais) e o controle (principalmente o estatal) sobre os espaços” (HAESBAERT, 2002, p. 129). O que significa dizer que as “seqüelas” advindas da globalização destroem e desarrumam o espaço geográfico e humano, colocando a cada dia a sociedade em processo degenerativo, com dimensão gigantesca da barbárie.

O processo de globalização não tem apenas a efetivação negativa. Há elementos que são significativos enquanto ampliação das dimensões do ser social em sua esfera genérica. No entanto, principalmente no pós-1970, o campo positivo da globalização reduziu suas proezas, o que mostra que o projeto societário burguês tem caminhado, dentro da sua própria abrangência, em direção à negação de possibilidades emancipatórias, dando vazão a experiências que elucidam os elementos que conduzem para a barbárie. A globalização em curso amplia produção e reprodução das desigualdades e antagonismos, ou seja: “na forma pela qual se está realizando, a globalização do mundo ao mesmo tempo em que integra e articula, desagrega e tenciona, reproduzindo e acentuando desigualdades em todos os quadrantes” (IANNI, 2002, p. 145). Entendemos que uma das conseqüências negativas “mais eficazes”, na ótica neoliberal, é uma intensa e contínua descaracterização do cidadão, ou seja, a globalização, ao desterritorializar, ao desmanchar modos de vida, “descidadaniza” as pessoas. É como se o aspecto humano tivesse pouca ou nenhuma importância. Milton SANTOS acredita que a cidadania existe a partir do momento em que o cidadão tem as condições básicas para a sua subsistência, tais como direito a um teto, à saúde, à educação, à moradia, à justiça, ao trabalho, à liberdade, enfim, a uma existência digna, no entanto, estes direitos não estão sendo respeitados. Há, portanto, uma descidadanização da cidadania. Ou, ainda, “é uma cidadania mutilada, subalternizada” (SANTOS, 1993, p. 24).

A partir do momento em que deixaram de ser permitidos direitos como a defesa do direito ao trabalho, a uma remuneração condigna, às reivindicações dos bens vitais mínimos, ao voto, etc., podemos dizer que “o processo de descidadanização do país foi sistemático e brutal”, conforme se

⁷ Corroborar com a análise da dependência da periferia ao centro do mundo Prado Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004, quando referida a submissão colonialista à metrópole.

refere Santos (1993, p. 74). Quando o processo de construção do campo de direito estagnado em reflexo, a unidade fragiliza-se. O projeto societário em vigência expõe suas contradições e antagonismos no plano universal. É uma particularidade que revela o projeto.

Isto nos leva a perceber que um dos mais graves problemas do mundo globalizado é a precarização das populações mais carentes, que são marginalizadas, posto que, para a estruturação do capital, tem que haver os dominadores e seus dominados. Segundo Bauman (1999, p. 87), “a pobreza não pode ser ‘curada’, pois não é um sintoma da doença do capitalismo. Bem ao contrário: é evidência da sua saúde e robustez, do seu ímpeto para uma acumulação e esforço sempre maiores”. Assim, as conseqüências são humanas, porque, ao mesmo tempo em que há uma sustentação do capital por meio da exploração da força de trabalho, há, por outro lado, uma coisificação do elemento humano, tornando este uma mercadoria⁸. Por isto, quando afirmamos que a globalização desterritorializa e descidadaniza, é porque tira do indivíduo a sua identidade e até mesmo aquilo que é seu enquanto direito adquirido, visto que a globalização é benéfica para muito poucos, mas deixa de fora, marginalizando, cerca de dois terços da população mundial.

Constatamos um transparente distanciamento entre a realidade e o que poderia ser almejado como tentativa de resolução de alguns problemas na sociedade assolada pelo capital, ou seja, diversos autores apontam para uma gama de elementos que postulam uma sociedade igualitária, fazendo um discurso que não condiz com a atual conjuntura, na qual o capital expropria do homem, mais que a sua força de trabalho, a sua própria vida. Apesar de estarem imbuídos de um espírito de mudança, sabemos que, para que realmente ocorram mudanças na sociedade, estas não podem prover simplesmente do plano espiritual (idéias), mas da situação concreta, do seio das formas de produção. É notório o fato de que o capital nos países latino-americanos concentra-se em sua forma mais atrasada, pois é uma estratégia posta pelo grande capital. Para que os países dominantes continuem em seus propósitos, é necessário que os países subdesenvolvidos alimentem o capitalismo dos países desenvolvidos. Octávio Ianni almeja que,

[...] em lugar de uma sociedade global em curso de aperfeiçoamento, na qual as questões sociais, regionais, nacionais e continentais encontram soluções satisfatórias para uns e outros uma sociedade global problemática, na qual o passado irrompe por todos os lados, desafiando as formas de mando e imaginação. Em lugar de um mundo capitalista sem dilemas, realizando-se de modo cada vez mais aperfeiçoado, visto como se fosse o clímax da história, um mundo capitalista difícil, muito menos interdependente e articulado do que problemático e contraditório. O mesmo processo de globalização, no qual se desenvolvem a interdependência e a integração e se promove a desigualdade e a contradição (IANNI, 2002, p. 178-179).

Como deve ser então a sociedade almejada? O que deve acontecer para que a cidadania burguesa não seja mutilada, subalternizada, como se refere Milton SANTOS? Nosso pensamento vai na mesma direção do autor, que faz uma retomada propondo algumas idéias por meio das quais haveria uma melhor organização da sociedade, recolocando ou devolvendo ao cidadão a sua cidadania, num meio social em que a distribuição dos serviços está gritantemente em desacordo com as exigências presentes das populações. Para que esses serviços constituam um direito inseparável da condição do cidadão, aquele que é igual em deveres e direitos a todos os demais, uma regulamentação constitucional, e não apenas legal, deve se impor. Esta constituição:

[...] deverá estabelecer as condições para que cada pessoa venha a ser um cidadão integral, seja qual for o lugar em que se encontre. Para isso, deverá traçar normas para que os bens públicos deixem de ser exclusivamente dos mais bem localizados. O território, pela sua organização e instrumentação, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário. A sociedade civil é, também, território, e não se pode definir fora dele. Para ultrapassar a vaguidade do conceito e avançar da cidadania abstrata à

⁸ “A partir da Economia Política mesma, com suas próprias palavras, mostramos que o trabalhador decai a uma mercadoria e à mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador está na razão inversa do poder e da magnitude da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos, portanto a restauração ainda mais terrível do monopólio, que finalmente desaparece a diferença tanto entre capitalista e rentista quanto entre agricultor e trabalhador da indústria e que a sociedade inteira tem que se cindir nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade” (MARX e ENGELS, 1989, p. 147).

cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada. Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam (SANTOS, 1993, p. 122-123).

Contudo, cabe lembrar que a formulação de uma constituição diferenciada não basta, uma vez que as considerações realizadas em nível de seu texto podem não efetivar-se no plano concreto, ficando apenas no plano das idéias, enquanto letra de lei. Em todas as instâncias do legislativo, leis são formuladas, porém, muitas vezes, sem realmente serem postas em prática. Um texto de lei pode contemplar direitos dos cidadãos, mas isto não quer dizer que esses direitos sejam concretamente efetivados.

No entanto, a concretização das leis seria um meio de reduzir a “descidadania” e ampliar a “cidadania”, onde o ser humano seria colocado em primeiro lugar. Significaria uma constituição no seu sentido mais puro, da aplicabilidade das leis e benefícios que viessem contemplar as necessidades da população mais desprezada e mais carente. Em outras palavras:

[...] trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe cidadão (SANTOS, 1993, p. 129).

A vida é eminentemente prática. Neste sentido, conforme apresenta Marx (1989, p. 77), “o homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade”. O cidadão é de tal modo dependente do desenvolvimento político de sua nação, que não há como desvincular questões de tratamento à cidadania, da política, pois “sem a possibilidade de cobrar dos eleitos realizações prometidas, a figura do cidadão verdadeiro é inexistente. Se a proposta aqui fosse realizada, a vida política ganharia, destarte, uma nova dimensão” (MARX, 1989, p. 131). Por outro lado, devemos compreender que os dilemas da cidadania não se limitam apenas a aspectos políticos. Os mesmos envolvem também condições objetivas sociais, econômicas e culturais. Contudo, a sociedade, a economia e a cultura estão imbricados à política, ou seja, a política assume um papel central e determinante no tangente à proteção da cidadania.

A mesma análise se estende às questões que remetem ao papel do Estado, pois o mesmo, por ser um órgão público, criado no interior das relações estabelecidas na esfera da sociedade civil, deveria representar os cidadãos em sua totalidade, mas esta máxima deixa de ser cumprida, pois a construção do próprio Estado não é inocente. Quer dizer, o Estado é a expressão das lutas entre as classes. A sociedade espera um Estado mais atuante, autônomo (presente) e menos oculto, heterônomo (ausente). A mesma requer sua presença. Entretanto, não basta que o Estado intervenha numa determinada sociedade com políticas sociais. Isto apenas evidencia o seu caráter paternalista. Sem dúvida, “precisamos exigir do Estado o cumprimento de suas obrigações, bem como vigiar sua execução. Mas isto não é suficiente. É revelador de uma tendência paternalista permanecer na dependência exclusiva da boa vontade e da ação dos governos” (ARANHA, 1996, p. 36).

Um Estado paternalista é uma instância de poder que se mantém diante de ações paliativas, compensatórias à exclusão que aflige o cidadão. Se pensarmos neste viés, teremos a clareza de que um Estado paternalista propõe, nas entrelinhas de seu discurso, “a busca de alternativas capazes de assegurar estabilidade ao bloco de poder” e “uma tentativa de recompor o clientelismo, cobrindo-o com nova roupagem” (GERMANO, 1993, p. 231 e 232).

Em tempos de crescimento dessincronizado das economias capitalistas, em que as preocupações estão relacionadas à estabilidade econômica, falar de política social – e, ainda mais, defendê-la como o caminho mais viável, para recuperar os níveis de emprego, de renda e, sobretudo, a dignidade humana – pode significar, para os agentes econômicos, um despropósito sem medida. Neste sentido, compartilhamos com Santos (1993, p. 5), quando o mesmo afirma que, “numa democracia verdadeira, é o modelo econômico que se subordina ao modelo cívico. Devemos

partir do cidadão para a economia e não da economia para o cidadão”. Não há, assim, como pensar em política social num sistema onde o econômico se sobrepõe ao social.

Que caminhos podemos então avistar como possibilidades de melhoramentos ao tratamento à cidadania? Para Santos (2002), é preciso repensar a concepção sobre a natureza e o conteúdo da política social, onde, em primeiro lugar, governantes e intelectuais se desvinculem da idéia de políticas sociais paternalistas; em segundo lugar, seja pensado na política social como um sistema congregando programas e integrando tempo e espaço, e, em terceiro lugar, a importância de eleger um programa estruturador⁹ que leve em conta as atuais condições socioeconômicas brasileiras.

Apesar de parecer um tanto quanto utópico pensar – na ótica capitalista – numa sociedade onde o cidadão seja plenamente respeitado, o que o autor está mostrando é que, posta em prática uma política social tendo por base a regulamentação constitucional, os seres sociais teriam direitos igualitários. Deste modo, uma sociedade brasileira mais plural e democrática implica uma maior integração comunitária, maior sociabilidade entre os indivíduos e maiores e melhores condições de aprendizagem política no exercício fecundo da cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que as mudanças ocorridas no mundo globalizado, por conta da política neoliberal, ao desterritorializar os espaços, desenraizam conseqüentemente a vida das pessoas, desidentificando o cidadão, tirando-lhe a identidade enquanto ser social.

Com isto, almejamos desmistificar a globalização, a qual segue parâmetros instituídos pelos “grandes centros econômicos do mundo”, subordinando as economias subdesenvolvidas às suas determinações. A nosso ver, a idéia de mercado global nada tem de global, ou seja, se a periferia estiver voltada para o centro do mundo – para tríade Europa, Japão e América do Norte – e dela dependente, esta é uma globalização presente apenas no discurso ideológico¹⁰, quando na prática, é uma globalização voltada para o interesse da classe burguesa.

As conseqüências disto são fatalmente humanas e as transformações ocorridas na sociedade causam desarrumação na vida das pessoas, ao passo que a globalização em nenhum momento parece preocupar-se com o aspecto humano, pois a mesma “tende a desenraizar as coisas, as gentes e as idéias. Sem prejuízo de suas origens, marcas de nascimento, determinações primordiais, adquirem algo de descolado, genérico, indiferente. Tudo tende a desenraizar-se” (IANNI, 2002, p. 94).

Tais conseqüências levam à perda da cidadania, havendo a necessidade de resgatá-la. Entendemos com isto que, com a ausência do Estado, a cidadania pode tornar-se desfigurada, esfacelada. Faz-se necessário políticas voltadas para o social. No entanto, o Estado, que deveria atuar como autônomo (presente), está exercendo o papel de heterônomo (ausente), repassando para a sociedade civil as suas responsabilidades, constituindo-se num forte elemento de destruição da vida humana e da conseqüente descaracterização do ser social. Por outro lado, não queremos dizer que o Estado deva ser o único responsável pela “perda da cidadania”. Se assim o fizéssemos, estaríamos incorrendo no erro de conceber o caráter paternalista do Estado. Evidentemente, os cidadãos têm o direito de exigir a sua presença e cobrar as devidas execuções. Para que o Estado, por sua vez, possa cumprir suas obrigações com eficácia, deverá perseguir a raiz dos problemas, suprimindo ações paliativas – as políticas de mascaramento da realidade.

As coisas mudam, os espaços se desterritorializam, a vida e os costumes das pessoas se desenraizam. Deste modo, pode-se perceber que, por meio do espaço, “a mundialização, em sua

⁹ Programa estruturador significa neste sentido, um plano onde as políticas sociais atinjam a essência dos principais problemas sociais; que não sejam meras medidas paliativas, mas que levem em seu bojo preocupações no campo material que não sejam as “ações fragmentadas”, expressas pelo modelo neoliberal, mas que tragam resultados significativos e qualitativos ao cotidiano do ser social.

¹⁰ “O papel contínuo da comunicação social como fator condicionante não aparece em nenhum lugar de maneira mais clara e completa do que na linguagem. A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 2002, p. 36).

forma perversa, empobrece e aleija” (SANTOS *et al.*, 1997, p. 18), invade a vida, descaracterizando o homem enquanto ser social. Em função dessa “desarrumação” avassaladora causada pela globalização, observamos a necessidade de uma nova configuração de sociedade, onde o cidadão seja tratado como tal, constituindo-se sujeito e não objeto, como vem ocorrendo nos atuais ditames da política neoliberal. Em face disto, a redução e a ampliação da esfera dos direitos é uma luta cotidiana que se constrói na esfera dos interesses de classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- HIRST, P. Globalização: mito ou realidade? In: FIORI, J. L. e outros (organizadores). **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- IANNI, O. **A sociedade global**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- MARX, K. Contribuição a crítica à filosofia de Hegel. In: **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 1989.
- MARX, K.; ENGELS, F. **História**. In: FERNANDES, F. (org.) São Paulo: Ática, 1989.
- MINAYO, M. C. S. (org.); DERLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, R. S. **Notas metodológicas para a concepção de uma nova política social para o Brasil**. In: RAP – Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Nov./Dez. 2002.